

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da JPMorgan Chase Bank, National Association do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício de

2021, a Instituição apresentou um lucro líquido de R\$ 7.770 mil, sendo que no exercício anterior apresentou lucro líquido de R\$ 9.566 mil. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto na data deste relatório por quatro membros, todos eles diretores do Banco J.P. Morgan S.A..

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 22 de março de 2022.

São Paulo, 22 de março de 2022

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Dezembro	Dezembro	Passivo	Nota	Dezembro	Dezembro
		2021	2020			2021	2020
Circulante		1.389.387	915.219	Circulante		989.022	511.251
Caixa e equivalentes de caixa	4	550.500	156.518	Depósitos e demais instrumentos financeiros		980.933	504.213
Disponibilidades.....		7.726	18.722	Depósitos.....	10	143.090	106.043
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....		542.774	137.796	Instrumentos financeiros derivativos.....	6	120.331	398.170
Instrumentos financeiros		838.847	758.678	Carteira de câmbio.....	7	717.512	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	5	-	356.654	Obrigações fiscais correntes	9a	6.480	5.571
Instrumentos financeiros derivativos.....	6	121.411	402.024	Outros passivos		1.609	1.467
Carteira de câmbio.....	7	717.436	-	Não circulante		345.794	417.216
Outros ativos	8	40	23	Depósitos e demais instrumentos financeiros		317.581	395.254
Não circulante		387.463	447.512	Depósitos.....	10	-	10.477
Realizável a longo prazo		387.425	447.474	Instrumentos financeiros derivativos.....	6	317.581	384.777
Instrumentos financeiros		317.655	384.854	Obrigações fiscais diferidas	9b	6.769	908
Instrumentos financeiros derivativos.....	6	317.655	384.854	Provisões para passivos contingentes e obrigações legais		11	21.054
Ativos fiscais correntes		652	647	Patrimônio líquido	12	442.034	434.264
Ativos fiscais diferidos	9b	9.997	3.640	Capital social.....		258.218	258.218
Outros ativos	8	59.121	58.333	Reservas de capital.....		18.617	18.617
Investimentos		38	38	Reservas de lucros.....		165.199	157.429
Total do ativo		1.776.850	1.362.731	Total do passivo e patrimônio líquido		1.776.850	1.362.731

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Subvenções para investimento	Legal	Estatutária	acumulados		
Em 31 de dezembro de 2019		258.218	18.617	18.137	129.726	-	424.698
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	9.566	9.566
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal.....	12	-	-	478	-	(478)	-
Reserva estatutária.....	12	-	-	-	9.088	(9.088)	-
Em 31 de dezembro de 2020		258.218	18.617	18.615	138.814	-	434.264
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	7.770	7.770
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal.....	12	-	-	389	-	(389)	-
Reserva estatutária.....	12	-	-	-	7.381	(7.381)	-
Em 31 de dezembro de 2021		258.218	18.617	19.004	146.195	-	442.034
Em 30 de junho de 2021		258.218	18.617	18.702	138.814	1.650	436.001
Lucro líquido do semestre.....		-	-	-	-	6.033	6.033
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal.....	12	-	-	302	-	(302)	-
Reserva estatutária.....	12	-	-	-	7.381	(7.381)	-
Em 31 de dezembro de 2021		258.218	18.617	19.004	146.195	-	442.034

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A JPMorgan Chase Bank, National Association ("Instituição"), constituída como estabelecimento no Brasil de Sociedade Estrangeira e com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. Atua como filial do JPMorgan Chase Bank, National Association, e está autorizada a operar com as carteiras comercial e de câmbio. As operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações contábeis da Instituição foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 22 de março de 2022.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis individuais da Instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 4.818 do CMN, e a Resolução nº 2 do BACEN, estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, vigentes a partir de janeiro de 2021. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site (<https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures>).

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado - É apurado pelo regime de competência.

(b) Instrumentos financeiros derivativos - Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de swaps e de outros derivativos estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge accounting, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período.

Para cálculo do valor de mercado das operações de swaps e de outros derivativos são utilizados como base os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.

(d) Passivos circulante e não circulante - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos.

(e) Passivos contingentes e obrigações legais - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823, do CMN, e Carta-Circular nº 3.429, do BACEN.

(i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os processos cujos riscos de perda jurídica e/ou financeira sejam classificados como remoto, não são provisionados nem divulgados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

(ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.

(f) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada até junho de 2021 à alíquota de 20% e entre julho de 2021 e dezembro de 2021 à alíquota de 25%, seguindo a majoração prevista na Lei nº 14.183/21 (conversão da MP nº 1.034/21). Para os meses de janeiro e fevereiro de 2020, a CSLL corrente foi calculada à alíquota de 15%. A partir de março de 2020, a CSLL corrente foi calculada à alíquota de 20%. Ativo e passivo fiscais diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como sobre ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2021.

(i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre prejuízo fiscal e ajustes temporários a serem realizados; e

(ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 20% sobre ajustes temporários.

(g) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento em até três meses.

4. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento em até três meses.

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Disponibilidades.....	7.726	18.722
Aplicações em operações compromissadas - posição bancada.....	345.600	137.796
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	197.174	-
Total	550.500	156.518

5. Aplicações em depósitos interfinanceiros: São representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros com prazo original de vencimento superior a três meses.

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	-	356.654
Total	-	356.654

6. Instrumentos financeiros derivativos: A Instituição participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Diferenças temporárias		
Contingências.....	9.308	2.991
Provisão para honorários advocatícios.....	678	632
Outras.....	11	17
Créditos tributários – ativo	9.997	3.640
Obrigações fiscais diferidas – passivo	6.769	908

Em 31 de dezembro de 2020, a Instituição não possuía operações de câmbio em aberto. **8. Outros ativos:** Estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia, relacionados a obrigações fiscais e previdenciárias no valor de R\$ 59.121 (dezembro de 2021 – R\$ 58.333).

9. Imposto de renda e contribuição social

a) Obrigações fiscais correntes - Correspondem, principalmente, à provisão para impostos e contribuições sobre o lucro no valor de R\$ 6.047 (dezembro de 2020 – R\$ 5.474).

b) Ativos e obrigações fiscais diferidos - A natureza e a origem do imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Resultado antes do IRPJ e CSLL.....	15.206	16.994
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes.....	(7.603)	(7.647)
Efeito CSLL 5%.....	143	195
Outros.....	24	24
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos.....	167	219
Resultado de IRPJ e CSLL no período	(7.436)	(7.428)

10. Depósitos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total Dezembro de 2021	Total Dezembro de 2020
Depósitos a prazo.....	135.119	7.971	143.090	116.520
Total	135.119	7.971	143.090	116.520

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Julho-Dezembro	Janeiro-Dezembro	Janeiro-Dezembro
		2021	2021	2020
Receitas de intermediação financeira		20.215	27.168	21.974
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....		17.800	25.003	13.491
Resultado com instrumentos financeiros derivativos.....	6f	(805)	1.417	2.690
Resultado de operações de câmbio.....		3.220	748	5.793
Despesas de intermediação financeira		(7.056)	(9.605)	(2.457)
Operações de captações no mercado.....		(7.056)	(9.605)	(2.457)
Resultado bruto da intermediação financeira		13.159	17.563	19.517
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.194)	(2.357)	(2.523)
Outras despesas administrativas.....	14a	(797)	(1.747)	(1.817)
Despesas tributárias.....		(649)	(912)	(917)
Outras despesas com provisões.....	14b	(273)	(390)	(306)
Outros resultados operacionais.....		525	692	517
Resultado operacional		11.965	15.206	16.994
Resultado antes da tributação sobre o lucro		11.965	15.206	16.994
Imposto de renda e contribuição social	9	(5.932)	(7.436)	(7.428)
Provisão para imposto de renda.....		(3.075)	(4.053)	(3.992)
Provisão para contribuição social.....		(3.087)	(3.879)	(3.017)
Ativo/passivo fiscal diferido.....		230	496	(419)
Lucro líquido do período		6.033	7.770	9.566

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Julho-Dezembro	Janeiro-Dezembro	Janeiro-Dezembro
	2021	2021	2020
Lucro líquido do período	6.033	7.770	9.566
Outros resultados abrangentes no período que podem ser reclassificados para o resultado.....	-	-	-
Outros resultados abrangentes no período que não podem ser reclassificados para o resultado	-	-	-
Total do resultado abrangente no período	6.033	7.770	9.566

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Julho-Dezembro	Janeiro-Dezembro	Janeiro-Dezembro
	2021	2021	2020
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado	5.522	6.876	9.581
Lucro líquido do período.....	6.033	7.770	9.566
Ajuste ao lucro líquido:			
Atualização de depósitos judiciais.....	(511)	(894)	15
Provisões para contingências.....	14b	273	390
Ativo/passivo fiscal diferido.....	9	(230)	(496)
Variação de ativos e obrigações	24.398	387.106	(49.845)
Aumento/(Redução) em instrumentos financeiros (ativos/ passivos).....	193.485	359.507	(11.486)
(Aumento)/ Redução em outros ativos.....	(5.878)	(5.883)	133
Aumento/(Redução) em depósitos.....	(174.109)	26.570	(37.329)
Aumento em outros passivos.....	12.321	14.271	7.755
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(1.421)	(7.359)	(8.918)
Caixa líquido proveniente/ (utilizado) nas atividades operacionais	29.920	393.982	(40.264)
Aumento/ (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	29.920	393.982	(40.264)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	520.580	156.518	196.782
Caixa e equivalentes de caixa no final do período.....	550.500	550.500	156.518
Aumento/ (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	29.920	393.982	(40.264)

11. Passivos contingentes e obrigações legais: As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, e as variações no período estão assim apresentadas:

i. Composição dos saldos patrimoniais

	Provisões	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
F		

REPRESENTANTES LEGAIS NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Azarias de Castro Feitosa Junior
Daniel Costa Barreto
Daniel de Moraes e Silva Granja

Decio Ramos Porchat de Assis
Eduardo Pera Silva

Flávia Rocha Lima de Almeida Prado
Jorge Constantino Bernardes dos Santos

DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Jorge Constantino Bernardes dos Santos

CONTADOR

João Augusto Makoto Hira - CRC 1SP307985/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

JP Morgan Chase Bank, National Association

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da JP Morgan Chase Bank, National Association ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JP Morgan Chase Bank, National Association em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2022.



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6